

CARTILHA PARA INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Edição 2026

Programas e Políticas de Cultura para os Povos Indígenas

Um guia prático para gestores e instituições públicas conhecerem, acessarem e fortalecerem as políticas culturais destinadas aos povos originários do Brasil

Realização

Pontão de Cultura Kaingang – equipe de pesquisa



Sumário

Apresentação	4
1. Panorama: Povos Indígenas e Cultura no Brasil	4
1.1 A população indígena brasileira em números.....	4
1.2 O recorte do Rio Grande do Sul	4
1.3 Por que a política cultural importa	5
2. Marco Legal e Conceitos-Chave	6
2.1 As leis que sustentam as políticas	6
2.2 Glossário essencial	6
3. Principais Programas e Políticas Federais	7
3.1 Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB)	7
3.2 Política Nacional de Cultura Viva e os Pontos de Cultura	7
3.3 Pontão de Culturas Indígenas	7
3.4 Prêmio Culturas Indígenas Vovó Bernaldina	8
3.5 Plano Nacional de Culturas Indígenas	8
3.6 Fomento a Pontões de Cultura	8
3.7 Teia Nacional e Fóruns de Culturas Indígenas	8
3.8 Editais do Ministério dos Povos Indígenas e linhas estaduais inéditas.....	9
3.9 Acesso às demais políticas do MinC	9
3.10 Tabela-resumo dos programas	9
4. Cotas e Ações Afirmativas: como funcionam	10
4.1 Os percentuais mínimos	10
4.2 Como coletivos indígenas sem CNPJ podem concorrer	10
4.3 Passo a passo para aplicar cotas corretamente (para o gestor público).....	10
5. Recursos e Investimentos	11
6. Casos de Sucesso em Municípios e Estados	12
Maricá (RJ)	12
São Paulo (estado e capital)	12
Minas Gerais	12
Amazonas.....	12
Acre	12
Tocantins.....	12
7. Estudo de Caso: Rio Grande do Sul.....	13
7.1 A PNAB no RS — 1º e 2º Ciclos	13
7.2 Outras políticas culturais no RS.....	13

7.3 Instituições e estruturas de apoio no RS	13
8. Passo a Passo: como a instituição pública pode agir	17
8.1 Para acessar e divulgar oportunidades	17
8.2 Lista de verificação para o gestor público	17
8.3 Como as comunidades podem participar	17
9. Desafios e Recomendações	18
9.1 Principais desafios	18
9.2 Recomendações	18
10. Perspectivas Futuras (2026–2029).....	19
Referências	20

Apresentação

1. Panorama: Povos Indígenas e Cultura no Brasil

Compreender a dimensão e a diversidade da população indígena é o ponto de partida para qualquer política pública de cultura. Os dados a seguir vêm do Censo Demográfico 2022 do IBGE, a fonte oficial mais recente e completa sobre o tema.

1.1 A população indígena brasileira em números

Segundo o Censo 2022, o Brasil tem **1.693.535 pessoas indígenas**, o equivalente a 0,83% da população total do país. Entre 2010 e 2022, essa população praticamente dobrou, saltando de cerca de 897 mil para quase 1,7 milhão — um crescimento de aproximadamente 89%, impulsionado tanto pelo aprimoramento metodológico do IBGE quanto pelo fortalecimento da autodeclaração étnica.

Indicador (Censo 2022 – IBGE)	Dado
População indígena total	1.693.535 pessoas (0,83% do país)
Povos (etnias) identificados	391 povos
Línguas indígenas faladas	295 línguas
Indígenas vivendo em Terras Indígenas	689.532 (cerca de 36%)
Indígenas fora de Terras Indígenas	mais de 1 milhão (cerca de 63%)
Terras Indígenas oficializadas no país	573 (eram 505 em 2010)

Você sabia?

A maioria da população indígena brasileira vive hoje FORA das terras indígenas oficializadas — em cidades, periferias e áreas rurais. Isso significa que as políticas culturais precisam alcançar tanto as aldeias quanto os contextos urbanos, exigindo estratégias de divulgação e editais adaptados a diferentes realidades.

1.2 O recorte do Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul é um exemplo instrutivo de como a diversidade indígena se distribui em um território. O estado abriga 36.096 indígenas (Censo 2022), organizados em quatro etnias oficialmente reconhecidas, com mais de cem comunidades espalhadas por cerca de 66 municípios gaúchos. Deste total, 43,55% residem em terras indígenas e 56,45% vivem fora delas.

Etnia	Distribuição predominante no RS
Kaingang	Região norte e noroeste; etnia mais numerosa do estado
Mbyá-Guarani	Litoral norte, região sul e leste; dezenas de aldeias (tekoá)
Charrua	Área municipal no extremo-sul de Porto Alegre
Xokleng	Floresta Nacional de São Francisco de Paula, na serra gaúcha

Embora esta cartilha priorize as políticas federais — aplicáveis a todo o país —, o RS aparece ao longo do texto como estudo de caso, por ter sido o primeiro estado a lançar os editais do 2º Ciclo da PNAB e por concentrar experiências de referência, como o Instituto Kaingáng (INKA).

1.3 Por que a política cultural importa

Para os povos indígenas, cultura não é entretenimento: é território de resistência, transmissão de saberes ancestrais, fortalecimento das línguas e afirmação de identidade. Grande parte dessas comunidades ainda vive em condições de alta vulnerabilidade social e econômica, o que torna o acesso a recursos públicos de fomento cultural uma ferramenta concreta de autonomia e sustentabilidade. Quando bem aplicadas, as políticas de cultura geram renda, preservam línguas e memórias, e devolvem às comunidades o poder de decidir sobre suas próprias manifestações.

Realizadores:



Apoio:



2. Marco Legal e Conceitos-Chave

Antes de detalhar cada programa, é útil fixar o vocabulário e as normas que estruturam o campo. Instituições públicas que dominam esses conceitos aplicam as políticas com mais segurança jurídica e menos erros de execução.

2.1 As leis que sustentam as políticas

Norma	O que estabelece
Lei nº 13.018/2004	Institui a Política Nacional de Cultura Viva (PNCV) e cria os Pontos e Pontões de Cultura. Completou 20 anos em 2024.
Lei nº 14.399/2022	Transforma a Lei Aldir Blanc em política permanente — a PNAB —, prevendo repasses continuados de recursos federais a estados, DF e municípios.
IN MinC nº 10/2023	Instrução Normativa que regulamenta a PNAB e define as cotas obrigatórias em todos os editais (25% negros, 10% indígenas, 5% PcD).
Decreto nº 12.257	Ajusta prazos de execução da PNAB, permitindo a continuidade dos repasses entre os ciclos.

2.2 Glossário essencial

Termos que você precisa conhecer

Ponto de Cultura: entidade cultural (com ou sem CNPJ) certificada pelo poder público, que passa a integrar a rede da Política Nacional de Cultura Viva e a acessar editais e apoios específicos.

Pontão de Cultura: estrutura que articula, forma e conecta vários Pontos de Cultura em rede, ampliando o alcance das políticas — como o Pontão de Culturas Indígenas e o Pontão de Cultura Kaingang.

Cota / ação afirmativa: percentual mínimo de vagas ou recursos reservado a grupos historicamente excluídos. Na PNAB, os indígenas têm no mínimo 10% das vagas em cada edital.

Editais de fomento: chamada pública que seleciona projetos culturais para receber recursos. Pode ser de premiação (reconhece o que já existe) ou de fomento/execução (financia projetos a realizar).

Proponente: pessoa física, jurídica ou coletivo que inscreve um projeto em um edital.

PNAB: Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.

MinC / MPI: Ministério da Cultura / Ministério dos Povos Indígenas.

Realizadores:



Apoio:



3. Principais Programas e Políticas Federais

Este é o núcleo da cartilha. Reunimos aqui os principais programas do Governo Federal — sobretudo do Ministério da Cultura e do Ministério dos Povos Indígenas — que atendem aos povos indígenas, com dados atualizados até 2026. Ao final da seção, uma tabela-resumo permite consulta rápida.

3.1 Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB)

A PNAB é hoje a principal política de financiamento cultural do país. Criada emergencialmente durante a pandemia de COVID-19, foi transformada em política permanente pela Lei nº 14.399/2022 e regulamentada pela Instrução Normativa MinC nº 10/2023. Ela garante repasses continuados de recursos federais a estados, Distrito Federal e municípios, que os aplicam por meio de editais.

Cotas obrigatórias: todos os editais da PNAB devem reservar, no mínimo, **25% das vagas para pessoas negras, 10% para povos indígenas e 5% para pessoas com deficiência**. A análise dos 496 editais do primeiro ciclo revelou que a maioria superou os percentuais mínimos, totalizando R\$ 689 milhões destinados a políticas afirmativas — e a reserva para povos indígenas chegou, na média, a 11%.

Atualização 2025–2026: o 2º Ciclo em andamento

A PNAB entrou em seu 2º Ciclo (2025–2029). O Ministério da Cultura divulgou o cronograma de repasses: as capitais receberam os recursos em dezembro de 2025 e os demais municípios a partir de janeiro de 2026. A política prevê recursos anuais da ordem de R\$ 3 bilhões (R\$ 1,5 bilhão para estados/DF e R\$ 1,5 bilhão para municípios/DF), somando cerca de R\$ 15 bilhões desde 2023, conforme a Lei nº 14.399/2022.

3.2 Política Nacional de Cultura Viva e os Pontos de Cultura

Instituída pela Lei nº 13.018/2004, a Política Nacional de Cultura Viva (PNCV) reconhece, valoriza e fomenta o fazer cultural nos territórios. Por meio dela, os povos indígenas podem certificar suas entidades como Pontos de Cultura, acessar editais de fomento com valores significativos e integrar redes estaduais e nacionais de cultura. Em 2024 a política completou 20 anos, consolidando-se como a principal porta de entrada para coletivos comunitários.

3.3 Pontão de Culturas Indígenas

Coordenado pela Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge, em Alto Paraíso de Goiás (GO), o Pontão de Culturas Indígenas mapeia, articula e fortalece iniciativas culturais indígenas em todo o Brasil, além de capacitar indígenas para aplicarem seus saberes ancestrais em diversas linguagens culturais.

Seu Comitê Gestor reúne entidades culturais indígenas de várias regiões, incluindo o Kanhgág Jãre – Instituto Kaingáng (INKA/RS); a Associação Cultural e Arte Fitxyá Fulni-ô (PE); o Mbya Arandu Porã (SP); a Associação Moradores e Amigos da Aldeia Amary (MT) e a Associação Indígena Awkêre (TO).

Resultados recentes do Pontão de Culturas Indígenas

- Mapeamento que já reconheceu mais de 1.300 iniciativas culturais indígenas no país;

- Criação da Rede Nacional dos Pontos de Cultura Indígenas, que reúne mais de 500 coletivos;
- No último período: formação de 20 jovens (18 a 24 anos) como agentes Cultura Viva e registro de 156 coletivos culturais, representando 75 etnias indígenas;
- 74 Pontos de Cultura Indígena em implementação, com formato de gestão específico para a realidade desses povos.

3.4 Prêmio Culturas Indígenas Vovó Bernaldina

Parte do Edital de Premiação Cultura Viva – Sérgio Mamberti, o prêmio homenageia Bernaldina José Pedro (Vovó Bernaldina), Mestre da Cultura Macuxi, da comunidade Maturuca, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol (RR). Com investimento total de R\$ 33 milhões, o edital reconheceu 1.117 iniciativas culturais em todas as regiões do país, incluindo premiações específicas para culturas indígenas.

3.5 Plano Nacional de Culturas Indígenas

Trata-se da mais importante novidade recente do setor. Em 9 de maio de 2025, as ministras da Cultura, Margareth Menezes, e dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, assinaram um Protocolo de Intenções para construir e implementar o primeiro Plano Nacional de Culturas Indígenas do país.

Como está o Plano em 2026

Durante a COP30, realizada em Belém (PA) em 2025, foi entregue o documento de base do Plano, estruturando um amplo processo de escutas ao longo de 2026. Em 23 de maio de 2026, na 6ª Teia Nacional dos Pontos de Cultura (Aracruz/ES), representantes indígenas avançaram para uma nova etapa de elaboração em Grupo de Trabalho com órgãos do Governo Federal, reafirmando o protagonismo indígena na construção da política. O Plano deve orientar, nos próximos anos, as ações culturais do Estado voltadas aos povos originários.

3.6 Fomento a Pontões de Cultura

O Edital de Fomento a Pontões teve investimento de R\$ 28 milhões e contemplou 42 pontões (27 territoriais e 15 temáticos), com repasses de R\$ 400 mil a R\$ 800 mil para execução de projetos culturais ao longo de 12 meses. É por esse tipo de instrumento que estruturas como o Pontão de Cultura Kaingang sustentam seu trabalho em rede.

3.7 Teia Nacional e Fóruns de Culturas Indígenas

A Teia Nacional dos Pontos de Cultura é o maior encontro da Cultura Viva do país. Sua 6ª edição — “Pontos de Cultura pela Justiça Climática” — ocorreu de 19 a 24 de maio de 2026, em Aracruz (ES), reunindo mais de 4 mil pessoas credenciadas e mais de 200 atividades. Foi a primeira Teia realizada fora de uma capital e dentro de território indígena, com forte presença dos povos Tupiniquim e Guarani, e sediou etapas de construção do Plano Nacional das Culturas dos Povos Indígenas. Os Fóruns Nacionais de Culturas Indígenas e o Encontro de Escritores Indígenas integram esse mesmo esforço de articulação entre o MinC e o MPI.

Realizadores:



Apoio:



MINISTÉRIO DA CULTURA



3.8 Editais do Ministério dos Povos Indígenas e linhas estaduais inéditas

Além do MinC, o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) publica editais próprios de fomento à cultura, à economia criativa e à valorização de saberes. Paralelamente, estados e capitais vêm criando linhas exclusivas para povos indígenas dentro da PNAB:

- **Minas Gerais:** editais do 2º Ciclo da PNAB com R\$ 100,7 milhões, incluindo linha inédita para povos indígenas — como o Edital de Premiação Cultural (R\$ 32,1 milhões, com aporte exclusivo de R\$ 1 milhão para indígenas) e o Edital de Execução Cultural (R\$ 47,27 milhões para 1.149 projetos).
- **São Paulo (capital):** cinco editais da PNAB somando R\$ 34,5 milhões, entre eles R\$ 1,5 milhão para premiar 30 agentes culturais indígenas atuantes na cidade.
- **São Paulo (estado), Amazonas, Acre, Tocantins e outros:** linhas e prêmios específicos detalhados na seção de Casos de Sucesso.

3.9 Acesso às demais políticas do MinC

Os povos indígenas também podem acessar o conjunto das políticas do Ministério da Cultura, para além da PNCV e da PNAB: a Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), as políticas de Patrimônio, os programas de Museus e as ações de Livro e Leitura. Há ainda reserva de vagas para povos indígenas na Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC) para o biênio 2025/2027, garantindo participação indígena nas decisões sobre políticas culturais.

3.10 Tabela-resumo dos programas

Programa / Política	O que oferece	Como acessar
PNAB (Lei Aldir Blanc)	Editais de fomento e premiação com cotas de 10% para indígenas	Editais de estados e municípios; plataforma Mapa da Cultura
Cultura Viva / Pontos de Cultura	Certificação de entidades e acesso a redes e editais	Certificação junto a MinC/estados
Pontão de Culturas Indígenas	Mapeamento, formação e articulação em rede	Contato com o Pontão e Rede Nacional
Prêmio Vovó Bernaldina	Premiação a iniciativas culturais indígenas	Editais Cultura Viva – Sérgio Mamberti
Plano Nacional de Culturas Indígenas	Diretriz nacional em construção (2025–2026)	Escutas e GTs com participação indígena
Editais do MPI	Fomento à cultura e economia criativa indígena	Portal do Ministério dos Povos Indígenas
Lei Rouanet, Museus, Patrimônio, Livro	Incentivo, preservação e difusão cultural	Portais e editais do MinC

Realizadores:



Apoio:



4. Cotas e Ações Afirmativas: como funcionam

As cotas são o mecanismo central que garante a presença indígena nos recursos culturais. Compreendê-las corretamente é essencial para que instituições públicas elaborem e executem editais sem erros que possam excluir ou prejudicar proponentes indígenas.

4.1 Os percentuais mínimos

Público	Cota mínima na PNAB	Observação
Pessoas negras	25%	Percentual mínimo em todos os editais
Povos indígenas	10%	Muitos editais superam o mínimo (média chegou a 11%)
Pessoas com deficiência	5%	Inclusão e acessibilidade em todas as ações

Atenção, gestor(a)

As cotas são percentuais MÍNIMOS, não máximos. Editais podem — e devem, quando o território justificar — reservar percentuais maiores para povos indígenas. Editais que aplicam busca ativa nas comunidades (visitas, mutirões de inscrição, apoio ao preenchimento) tendem a receber muito mais projetos indígenas de qualidade.

4.2 Como coletivos indígenas sem CNPJ podem concorrer

Um ponto frequentemente mal compreendido: pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas. Considera-se elegível o proponente quando ocorre pelo menos uma destas situações:

1. Mais da metade dos sócios/integrantes são pessoas indígenas;
2. Há indígenas em posições de liderança no projeto cultural;
3. A equipe do projeto é majoritariamente composta por indígenas;
4. Existem outras formas comprovadas que garantam o protagonismo indígena na proposta.

4.3 Passo a passo para aplicar cotas corretamente (para o gestor público)

1. Defina no edital as cotas mínimas (25% / 10% / 5%) e, se possível, amplie a reserva indígena conforme o território.
2. Preveja formas de autodeclaração simples e respeitosas, sem exigências burocráticas que inviabilizem a participação.
3. Garanta acessibilidade e apoio à inscrição (linguagem clara, prazos adequados, atendimento presencial nas comunidades).
4. Aceite coletivos sem CNPJ, com critérios de protagonismo indígena bem descritos.
5. Assegure transparência total na análise das propostas, evitando o que gerou judicialização em outros estados.
6. Faça o remanejamento correto das vagas de cota não preenchidas, sem simplesmente eliminá-las.

5. Recursos e Investimentos

A escala financeira da PNAB é o que a torna uma oportunidade histórica. Os números abaixo dimensionam os recursos disponíveis e ajudam gestores a planejar a captação e a aplicação.

Referência	Valor / Dado	Contexto
Total PNAB (Lei 14.399/2022)	≈ R\$ 15 bilhões	Repasse federais desde 2023, em parcelas anuais de até R\$ 3 bilhões
Repasse anual	≈ R\$ 3 bilhões	R\$ 1,5 bi para estados/DF + R\$ 1,5 bi para municípios/DF
Políticas afirmativas (1º ciclo)	R\$ 689 milhões	Somatório destinado a cotas em 496 editais analisados
Reserva indígena média	até 11%	Acima do mínimo legal de 10%
Prêmio Vovó Bernaldina	R\$ 33 milhões	1.117 iniciativas reconhecidas
Fomento a Pontões	R\$ 28 milhões	42 pontões; repasses de R\$ 400 mil a R\$ 800 mil

Oportunidade histórica

O 2º Ciclo da Aldir Blanc (2025–2029) representa a maior janela de recursos culturais continuados já disponibilizada aos povos indígenas. Instituições públicas que se prepararem agora — com editais bem desenhados e busca ativa nas comunidades — conseguirão transformar esses recursos em projetos concretos de fortalecimento cultural.

Realizadores:



Apoio:



6. Casos de Sucesso em Municípios e Estados

Exemplos concretos ajudam gestores a imaginar o que é possível. Os casos abaixo mostram diferentes formas de aplicar as políticas — de premiações diretas a repasses autônomos às comunidades.

Maricá (RJ)

A aldeia indígena Mata Verde Bonita foi contemplada com 21 editais de projetos culturais, somando R\$ 1,6 milhão em investimentos e tornando-se a principal detentora de editais aprovados no Rio de Janeiro. Os projetos abrangeram dança, música, pintura, artesanato, fotografia e agricultura ancestral.

São Paulo (estado e capital)

O Governo de São Paulo destinou R\$ 18 milhões por ano à população indígena paulista, por cinco anos, dando aos povos originários — sem intermediadores — o poder de decidir o uso dos recursos. Já a Prefeitura da capital lançou cinco editais da PNAB (R\$ 34,5 milhões), incluindo R\$ 1,5 milhão para premiar 30 agentes culturais indígenas da cidade.

Minas Gerais

Minas lançou editais do 2º Ciclo da PNAB com R\$ 100,7 milhões e criou uma linha inédita e exclusiva para povos indígenas, com aportes específicos de premiação e execução cultural — um modelo replicável por outros estados.

Amazonas

O estado lançou o edital “Prêmio Feliciano Lana” — nome de artista plástico e líder indígena da etnia Dessana — para projetos artísticos, culturais e de economia criativa. Amazonas e Manaus destacaram-se na promoção de políticas para povos indígenas.

Acre

A Associação das Artesãs e Artesãos Indígenas do Vale do Juruá (AAIVAJ) foi contemplada pelo edital de fomento ao Ponto de Cultura, tornando-se a primeira instituição indígena do Acre reconhecida como Ponto de Cultura.

Tocantins

O estado obteve resultados expressivos: os editais de Culturas Indígenas e Culturas Quilombolas tiveram a maior quantidade de inscritos, resultado de um processo de busca ativa realizado diretamente nas comunidades — prova de que a divulgação ativa faz diferença.

Lição para gestores públicos

Os casos mais bem-sucedidos têm dois elementos em comum: (1) busca ativa nas comunidades, com apoio ao preenchimento e prazos adequados; e (2) autonomia indígena na decisão sobre o uso dos recursos. Onde faltou transparência (como em episódios no Acre, que levaram à mediação do Ministério Público Federal e à revogação de editais), houve retrocesso.

Realizadores:



Apoio:



7. Estudo de Caso: Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul é uma referência de implementação e ilustra, na prática, muitos dos pontos tratados nesta cartilha. As experiências a seguir podem inspirar gestores de outros estados.

7.1 A PNAB no RS — 1º e 2º Ciclos

No 1º Ciclo (2023–2024), o RS teve 94,7% de adesão municipal e recebeu R\$ 151,52 milhões (R\$ 68,16 milhões para o estado e R\$ 83,35 milhões para os municípios), dos quais R\$ 121,54 milhões — 80,22% do total — já foram investidos. A Secretaria da Cultura (Sedac) disponibilizou oito editais que receberam 1.599 projetos, com investimento de R\$ 67,6 milhões.

Atualização 2026: o RS lidera o 2º Ciclo

O Rio Grande do Sul foi o PRIMEIRO estado do país a lançar os editais do 2º Ciclo da PNAB. São R\$ 55 milhões distribuídos em oito editais (seis seletivas setoriais — artes cênicas, artes visuais, culturas populares, memória e patrimônio, música, e livro/leitura/literatura — e duas transversais: Cultura Viva e RS Criativo), com 367 vagas em 24 categorias. O resultado foi um volume recorde: 3.393 projetos inscritos, mais do que o dobro do 1º Ciclo. Os valores por projeto variam de R\$ 80 mil a R\$ 600 mil, com repasses previstos e execução ao longo do 2º semestre de 2026.

Nos editais gaúchos, estão asseguradas cotas para pessoas negras, indígenas e com deficiência, além de pontuação extra para projetos realizados em territórios quilombolas, indígenas e rurais — um mecanismo eficaz de priorização territorial.

7.2 Outras políticas culturais no RS

Na Lei Paulo Gustavo, o RS contemplou 328 projetos, dos quais 126 (38,41%) foram propostos por pessoas negras e indígenas. Por meio do Fundo de Apoio à Cultura (FAC) e da Lei de Incentivo à Cultura (LIC), e do programa “Repensando 19 de Abril”, a Sedac investiu cerca de R\$ 866 mil em projetos sobre o tema indígena em 2023.

7.3 Instituições e estruturas de apoio no RS

Instituto Kaingáng (INKA)

Organização indígena sediada na Terra Indígena Serrinha (Ronda Alta, norte do RS), fundada em 2002, com gestão realizada exclusivamente por mulheres Kaingang. Sua missão é o fortalecimento, a valorização, a revitalização e a conservação da cultura Kaingang. Mantém um Ponto de Cultura desde 2005, integrando o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva, e compõe o Comitê Gestor do Pontão de Culturas Indígenas.

Complementam esse ecossistema: as 90 escolas indígenas bilíngues do estado (cerca de 7 mil estudantes em 11 Coordenadorias Regionais de Educação); o Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI), em funcionamento desde 1993; e a reserva de vagas para indígenas em concursos públicos estaduais, instituída em 2021.

7.3.1 População Indígena no Estado do Rio Grande do Sul

Panorama Geral

O Rio Grande do Sul possui atualmente uma população indígena de 36.096 pessoas segundo o Censo IBGE de 2022, distribuídas em quatro etnias oficialmente reconhecidas: Charrua, Kaingang, Mbyá-Guarani e Xokleng. Deste total, 43,55% (15.724 pessoas) reside em terras indígenas e 56,45% (20.378) vive fora de terras indígenas.

Abrangência Territorial

O estado possui 65 municípios com indígenas presentes em seu território, com uma concentração populacional maior no norte do estado. Segundo dados recentes, o Rio Grande do Sul possuía em 2022, 25 territórios indígenas reconhecidos, distribuídos em 52 municípios, somando uma área de 792,5 quilômetros quadrados. Dados da FUNAI de agosto de 2024 indicam que existem 50 terras indígenas no estado, das quais 20 estão em estudo, cinco declaradas, três delimitadas, 19 regularizadas e três são reservas indígenas.

Principais Terras Indígenas e Municípios

Região Noroeste (Povo Kaingang predominante)

A Terra Indígena Guarita é a maior e mais extensa do estado, localizada entre os municípios de Redentora, Tenente Portela e Erval Seco, com uma área de 23.406 hectares. Esta terra indígena possui cerca de 5.776 habitantes dos povos Kaingang e Guarani.

Outras terras indígenas significativas na região norte incluem:

- Terra Indígena Nonoai (situada em Nonoai, Rodeio Bonito e Planalto)
- Terra Indígena Cacique Doble (no município de Cacique Doble)
- Terra Indígena Passo Grande do Rio Forquilha (nos municípios de Cacique Doble e Sananduva, com 1.008 habitantes)
- Terra Indígena Iraí (em Iraí)
- Terra Indígena Carreteiro (em Água Santa)
- Terra Indígena Ligeiro (em Charrua)
- Terra Indígena Votouro (em São Valentin)
- Terra Indígena Inhacorá (em Santo Augusto)
- Terra Indígena Rio da Várzea (nos municípios de Liberato Salzano e Nonoai)

Realizadores:



Apoio:



Região Litoral Norte (Povo Guarani Mbya predominante)

O Litoral Norte Gaúcho possui 13 aldeias indígenas, distribuídas em 6 municípios:

- Torres: Tekoa Nhu Porã
- Caraá: Tekoa Ka'aguy Pa'ü
- Riozinho: Tekoa Pindoty
- Osório: Tekoa Kuaray Rexë
- Palmares do Sul: Tekoa Yryapu, Tekoa Araçaty e Tekoa Ka'a Mirindy Yy Pa'ü
- Maquiné: Tekoa Nhu'u Porã, Tekoa Pakovaty, Tekoa Guyra Nhendu e Tekoa Ka Aguy Porá (em processo de instituição)
- Capivari do Sul: Tekoa Arasate

Região Metropolitana de Porto Alegre

- Porto Alegre: Tekoa Anhetengua
- Barra do Ribeiro: Tekoa Guapo'y (com polo-base de saúde indígena)
- Viamão: possui polo-base de saúde indígena
- Porto Alegre (extremo-sul): Comunidade Charrua

Serra Gaúcha

São Francisco de Paula: os Xokleng ocupam a Floresta Nacional de São Francisco de Paula, na serra gaúcha.

Vale do Taquari

No Vale do Taquari, existem as Terras Indígenas Linha Glória (no município de Estrela) e Fochá (em Lajeado), ambas formadas por indígenas da etnia Kaingang.

Distribuição Geográfica das Etnias

As comunidades Kaingang são mais numerosas e predominantemente distribuídas na região norte do estado, enquanto os Guarani estão dispersos mais na porção sul e leste. Os Charrua estão localizados em uma área municipal no extremo-sul de Porto Alegre, e os Xokleng ocupam a Floresta Nacional de São Francisco de Paula, na serra gaúcha.

Realizadores:



Apoio:



Contexto Social

Grande parte dos povos indígenas encontra-se em condições de alta vulnerabilidade social e econômica. O número de terras indígenas regularizadas no RS é considerado muito baixo, o que contribui para a presença frequente de indígenas em acampamentos em condições precárias, geralmente sem esgotamento sanitário, sem coleta regular de lixo e com baixa infraestrutura.

Esta distribuição reflete a presença histórica e a resistência dos povos originários no território gaúcho, com desafios importantes relacionados à demarcação de terras e às condições de vida dessas populações.

Realizadores:



Apoio:



8. Passo a Passo: como a instituição pública pode agir

Esta seção converte tudo o que foi apresentado em ações práticas. Use-a como um roteiro operacional.

8.1 Para acessar e divulgar oportunidades

1. Acompanhe a plataforma Mapa da Cultura (mapa.cultura.gov.br), onde são publicados editais e oportunidades de âmbito nacional.
2. Cadastre proponentes nos sistemas locais — no RS, por exemplo, no Cadastro Estadual de Proponentes Culturais (CEPC) e na plataforma Pró-Cultura RS (www.procultura.rs.gov.br).
3. Estabeleça contato com o Pontão de Culturas Indígenas e a Rede Nacional dos Pontos de Cultura Indígenas para apoio e formação.
4. Aproxime-se dos Agentes Cultura Viva — jovens indígenas capacitados que atuam diretamente nas comunidades.

8.2 Lista de verificação para o gestor público

Checklist — antes de lançar um edital

- O edital prevê as cotas mínimas (25% negros, 10% indígenas, 5% PcD)?
- Há previsão de ampliar a cota indígena conforme o território?
- Coletivos sem CNPJ podem concorrer, com critérios de protagonismo indígena?
- A autodeclaração é simples, respeitosa e sem burocracia excessiva?
- Está prevista busca ativa nas comunidades (visitas, apoio à inscrição)?
- Os prazos são adequados à realidade das aldeias?
- A análise das propostas é transparente e documentada?
- Há acessibilidade linguística e apoio técnico ao preenchimento?

8.3 Como as comunidades podem participar

Durante oficinas do MinC, representantes indígenas apontaram como principais demandas a dificuldade de acesso e compreensão das políticas, a necessidade de editais específicos e permanentes, e a ampliação de recursos. Cabe à instituição pública reduzir essas barreiras: traduzir a linguagem dos editais, oferecer suporte presencial, respeitar os tempos e as formas próprias de organização de cada povo, e assegurar que a decisão sobre os projetos permaneça com as comunidades.

Realizadores:



Apoio:



9. Desafios e Recomendações

Reconhecer os obstáculos é parte de superá-los. Os dados de implementação mostram avanços expressivos, mas também gargalos que se repetem em vários territórios.

9.1 Principais desafios

- **Dificuldade de acesso e compreensão dos editais** por parte das comunidades, sobretudo em contextos com barreira linguística.
- **Capacidade técnica desigual dos municípios:** em 2021, 61,1% dos municípios distribuíram recursos da Lei Aldir Blanc, mas 51,8% relataram dificuldades — especialmente os de menor porte.
- **Falhas de transparência:** houve casos, como no Acre, de ausência de critérios claros na análise de propostas indígenas, levando à atuação do Ministério Público Federal e à revogação de editais.
- **Baixa regularização fundiária:** a fragilidade territorial de muitas comunidades dificulta a estabilidade necessária para projetos culturais continuados.
- **Manifestações discriminatórias:** a aplicação de cotas ainda enfrenta resistência e episódios de racismo, exigindo firmeza institucional na defesa das ações afirmativas.

9.2 Recomendações

1. Investir em busca ativa e formação, aproximando o poder público das comunidades.
2. Criar linhas e editais específicos e permanentes para povos indígenas, a exemplo de MG e SP.
3. Garantir transparência e critérios objetivos em todas as etapas de seleção.
4. Assegurar autonomia indígena na gestão dos recursos e decisões.
5. Articular cultura com educação, saúde e política indigenista, de forma intersetorial.

Realizadores:



Apoio:



10. Perspectivas Futuras (2026–2029)

O horizonte é de consolidação. Três movimentos definem o próximo período e merecem a atenção das instituições públicas:

- 1. Consolidação do 2º Ciclo da PNAB (2025–2029):** recursos continuados chegando a estados e municípios, com editais executados ao longo de 2026 e nos anos seguintes — a maior janela de fomento cultural já aberta aos povos indígenas.
- 2. Construção do Plano Nacional de Culturas Indígenas:** as escutas iniciadas em 2025 (COP30) e aprofundadas em 2026 (6ª Teia Nacional, em Aracruz/ES) devem resultar em uma política estruturante, construída com protagonismo indígena.
- 3. Institucionalização da participação indígena:** com assento na CNIC (2025/2027), nos GTs ministeriais e nas redes de Pontos de Cultura, os povos originários ampliam sua presença nos espaços de decisão.

Para o Rio Grande do Sul e para o conjunto do país, trata-se de uma oportunidade histórica: recursos continuados, marcos legais permanentes e uma agenda nacional em construção. O papel das instituições públicas é garantir que essa oportunidade se traduza em projetos reais, decididos e conduzidos pelas próprias comunidades indígenas.

“A Política Aldir Blanc representa uma virada de chave. As ações afirmativas promovem a inclusão e são um dever do Estado com o povo brasileiro.”

— Margareth Menezes, Ministra da Cultura

Realizadores:



Apoio:



Referências

As informações desta cartilha foram compiladas de fontes oficiais e institucionais, atualizadas até 2026:

1. IBGE. Censo Demográfico 2022 — Indígenas: primeiros resultados. Agência de Notícias IBGE, 2023–2024.
2. FUNAI. Dados do Censo 2022 revelam que o Brasil tem 1,7 milhão de indígenas. gov.br/funai.
3. FUNAI. Censo 2022 identifica 391 povos e 295 línguas indígenas. gov.br/funai, 2025.
4. Ministério da Cultura. Programas do Ministério da Cultura que atendem os Povos Indígenas. gov.br/cultura.
5. Ministério da Cultura. MinC anuncia cronograma de repasses do 2º Ciclo da Lei Aldir Blanc. gov.br/cultura.
6. Ministério da Cultura. Política Aldir Blanc totaliza R\$ 689 milhões destinados a políticas afirmativas. Agência Gov / gov.br/cultura.
7. Ministério da Cultura. INSTRUÇÃO NORMATIVA MINC Nº 10, de 28 de dezembro de 2023. gov.br/cultura.
8. Ministério da Cultura e Ministério dos Povos Indígenas. Protocolo de Intenções para o Plano Nacional de Culturas Indígenas. gov.br/cultura, maio/2025.
9. Ministério da Cultura. Plano Nacional das Culturas dos Povos Indígenas avança para nova etapa em GT. gov.br/cultura, 2026.
10. Ministério da Cultura / Cultura Viva. Carta da 6ª Teia Nacional — Pontos de Cultura pela Justiça Climática (Aracruz/ES). gov.br/culturaviva, maio/2026.
11. Ministério da Cultura. Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas: cultura como território de resistência. gov.br/cultura, 2026.
12. Ministério dos Povos Indígenas. Editais direcionados aos povos indígenas. gov.br/povosindigenas.
13. Governo de Minas Gerais / SECULT-MG. Minas lança editais do 2º ciclo da PNAB e linha inédita para povos indígenas (R\$ 100,7 milhões). agenciaminas.mg.gov.br, 2026.
14. Prefeitura de São Paulo. Prefeitura lança cinco editais da PNAB com R\$ 34,5 milhões. prefeitura.sp.gov.br, 2026.
15. Secretaria da Cultura do RS (Sedac). Rio Grande do Sul é o primeiro Estado a lançar editais do Ciclo 2 da PNAB. cultura.rs.gov.br, 2025.
16. Governo do RS. Governo recebe volume recorde de projetos culturais nos editais do Ciclo 2 da Política Aldir Blanc (3.393 inscritos). estado.rs.gov.br, 2026.
17. Ministério da Cultura. MinC lança editais de R\$ 55 milhões da PNAB no Rio Grande do Sul. gov.br/cultura.
18. MPF. MPF apura falhas na destinação de recursos da Lei Aldir Blanc para povos indígenas no Acre. mpf.mp.br.
19. Instituto Kaingáng (INKA) / Pontão de Culturas Indígenas — Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania (Cultura Viva).

Pontão de Cultura Kaingang — Edição 2026

Equipe de Pesquisa: Joziléia Kaingang, Susana Fakóji, Laísa Kaingang e Sueli Kaingang

Revisão final e arte gráfica

Sônia Kaingang, Fernanda Jófej, Samuel Carvalho

Realizadores:



Apoio:

